

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1005275-05.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Produção Antecipada de Provas - Provas</b>
Requerente:	<b>Fabiana Albano</b>
Requerido:	<b>A. W. Faber Castell S/A e outro</b>

**FABIANA ALBANO** ajuizou ação contra **A. W. FABER CASTELL S/A E COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS**, pedindo que as rés sejam instadas à exibição da apólice de seguro de seu genitor Francisco Albano, falecido em 29.09.2009. Alegou, para tanto, que por diversas vezes tentou conseguir o referido documento pela via extrajudicial, contudo não obteve êxito.

Deferiu-se a tutela de urgência a fim de impor às rés a obrigação de exhibir a apólice de seguro.

As rés foram citadas e contestaram o pedido.

A. W. Faber Castell S/A aduziu em preliminar a incompetência deste juízo, a ilegitimidade ativa, a falta de interesse processual e a impossibilidade jurídica do pedido. Pugnou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão da autora e afirmou possuir somente os documentos já apresentados com a petição inicial.

Companhia Internacional de Seguros defendeu que a apólice de seguro não estava mais em vigor ao tempo do óbito do genitor da autora e que não tem mais acesso ao documento pretendido.

Manifestou-se a autora, alegando a intempestividade da defesa apresentada pela segunda ré e insistindo nos termos iniciais.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Diante da intempestividade da contestação, reconheço a revelia da ré Companhia Internacional de Seguros e, conseqüentemente, não conheço da defesa ofertada. Contudo, consigno que não incide no caso em testilha o efeito principal decorrente da revelia, qual seja, a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial, haja

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

vista incidir a hipótese prevista no art. 345, inciso I, do CPC.

Não há que se falar em incompetência deste juízo para conhecer o julgar o presente feito, pois a relação jurídica ora discutida envolve matéria securitária, cuja competência é da Justiça Estadual Comum. Também é descabida a alegação de ilegitimidade ativa *ad causam*, pois a pretensão relacionada à exibição da apólice de seguro configura direito autônomo de cada um dos herdeiros, justamente para conhecer as condições gerais e especiais do seguro contratado pelo *de cujus* e analisar o cabimento da ação indenizatória.

Ademais, as consequências decorrentes da impossibilidade de exibição do documento serão analisadas somente após a devida comprovação da sua inexistência, sendo certo que tal fato em nada altera o interesse processual da autora, bem como não acarreta na impossibilidade jurídica do pedido.

Rejeito as preliminares arguidas.

A autora pretende que as rés sejam compelidas a exhibir cópia da apólice de seguro de vida em grupo de seu genitor Francisco Albano, para analisar suas características e possibilitar eventual interposição de demanda indenizatória.

Observe-se, no entanto, o seguinte:

Francisco Albano faleceu em 28 de setembro de 2009 e estava aposentado (fls. 12). Portanto, não era empregado de Faber Castell, o que prestigia a alegação desta, de inexistência de contrato de seguro.

O vínculo laboral encerrou-se em 1º de dezembro de 1993, há vinte e três anos. Não havendo qualquer outro direito a demandar contra a contestante.

A contestante não tem contrato de seguro de Francisco, posterior a 1º de dezembro de 1993 (v. Fls. 43, primeiro parágrafo). Logo, não há como compelir à exibição de documento inexistente.

Quanto à Companhia Internacional de Seguros, está em Liquidação Extrajudicial desde o ano de 1991, para o qual retornou em 2010 (fls. 139). Não há qualquer indício de existência de contrato de seguro com tal Companhia, ao tempo do falecimento de Francisco.

Nem haveria razão para impor a exibição de documento pertinente a pretensão cuja ação já está prescrita:

Ação cautelar. Exibição de documentos. Aplicação do CPC/1973. Extratos de caderneta de poupança. Plano Collor I. Prescrição. Ocorrência. Falece ao poupador

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

interesse em obter extratos de cadernetas de poupança se, ao ajuizar ação cautelar de exibição de documentos, o seu direito de recebimento de expurgos inflacionários por meio de ação de conhecimento já se encontrava prescrito, ausente, neste caso, resultado prático pra a concessão da tutela judicial pretendida. Mantido o decreto de extinção do processo. Recurso não provido (TJSP, Apelação nº 0001682-13.2012.8.26.0311, Relator Des. Itamar Gaino, j. em 22.05.2017 pela 21ª Câmara de Direito Privado).

**EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.** Conta poupança. Extratos bancários. Pretensão sujeita a prazo prescricional vintenário. Precedentes C.STJ. Prescrição reconhecida: A prescrição da pretensão para buscar a exibição de extratos relativos aos expurgos inflacionários é de vinte anos, considerando o saldo a ser creditado. **PRESCRIÇÃO RECONHECIDA 'EX OFFICIO'.** **RECURSO PREJUDICADO** (TJSP, Apelação nº 4028318-78.2013.8.26.0224, Relator Des. Nelson Jorge Júnior, J. em 17.04.2107 pela 13ª Câmara de Direito Privado).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos das contestantes, fixados por equidade em R\$ 1.000,00 cada qual.

A execução dessas verbas processuais, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil, pois defiro a ela o benefício da justiça gratuita.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de julho de 2017.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**